

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16496 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 05 - Educação e Infância

“EU QUERIA SER BRANCO”: BRANQUITUDE NAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM UM CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Lucilene Morais Agostinho - UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

“EU QUERIA SER BRANCO”: BRANQUITUDE NAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM UM CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

RESUMO: A pesquisa, em nível de mestrado, objetivou analisar de que modo a branquitude normativa é determinante nas/das relações étnico-raciais em um contexto da educação infantil. Adotou-se a abordagem qualitativa, o estudo de caso etnográfico e a observação participante como metodologia para responder ao objetivo. A pesquisa de campo foi realizada durante quatro meses em um Núcleo de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Florianópolis, em um grupo de crianças de 4 a 6 anos de idade. As ferramentas metodológicas utilizadas foram: registros escritos, fotográficos e filmicos. Dos dados emergiram duas categorias de análise: *Branquitude nas relações entre as crianças e com as profissionais docentes*; e *Relações sociais: entrelaçamentos afetivos, étnico-raciais e de gênero*. Nas análises, evidenciou-se nas relações sociais entre as crianças entrelaçamentos das relações de gênero e étnico-raciais permeadas pelos afetos. Observou-se a manutenção dos privilégios simbólicos da branquitude normativa nas relações adulto-criança e nas relações entre pares, reverberando em privilégios de crianças brancas, na predileção por materialidades pertencentes à cultura eurocêntrica, no desejo pela brancura expresso por algumas crianças negras, de forma a revelar o modo como a branquitude incide em suas constituições identitárias.

PALAVRAS-CHAVE: Educação infantil. Relações étnico-raciais. Branquitude.

Em um país miscigenado como o Brasil, a diversidade étnico-racial dos sujeitos está presente em nossos contextos de educação infantil, sobretudo nas redes públicas de educação. E nós, professoras/es, tanto negras quanto não negras, somos o elo de mediação entre as crianças e o conhecimento. Conhecimento esse que deve ser construído nas relações educativo-pedagógicas de forma democrática, permeado pela escuta e participação ativa das crianças. Para que elas elaborem e construam uma autoimagem positiva de si diante das diferenças, nas relações sociais e culturais independentemente de sua etnia/raça, gênero, ou classe social.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil DCNEI (2009, p. 2), no seu artigo 7º (incisos I e V), a proposta pedagógica das instituições educativas deve cumprir plenamente com sua função sociopolítica e pedagógica “[...] oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais”. O documento também aponta para a necessidade de proposições e práticas educativo-pedagógicas que visam construir coletivamente variadas formas de “[...] sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e

com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa”.

A Lei 10.639/03 que obriga contemplar a cultura africana e afro-brasileira no currículo da educação básica, oferece subsídio ao fazer docente pautado na diversidade presente no contexto educativo. Deste modo, se faz necessário não apenas atentar para representatividade racial das crianças negras presentes neste contexto, como também, identificar o lugar de privilégio e prestígio que, por vezes, apenas as crianças brancas ocupam. Ou seja, o lugar dos sujeitos pertencentes à branquitude. Tal conceito é evidenciado por (Schucman, 2014, p. 84) ao afirmar a posição social de privilégio que pessoas brancas ocupam referente “[...] ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade”.

Sendo assim, o objetivo da pesquisa foi analisar de que modo a branquitude normativa é determinante nas/das relações étnico-raciais em um contexto da educação infantil. Os objetivos específicos consistiram em: evidenciar como a branquitude normativa interfere nas significações sociais e culturais elaboradas pelas crianças de diferentes pertencimentos étnico-raciais e pelas profissionais; identificar se a organização dos espaços, tempos e materialidades contemplam a diversidade étnico-racial ou, se há um predomínio da branquitude normativa em suas composições; examinar as interações entre as crianças negras e brancas e seus modos de viver a infância no que tange à diversidade étnico-racial no cotidiano da instituição e por fim, verificar se a Lei 10.639/03 e o combate ao racismo estão contemplados no Projeto Político Pedagógico da instituição pesquisada.

A pesquisa com abordagem qualitativa, configurou-se como um estudo de caso etnográfico. A observação participante ocorreu no período de agosto a dezembro de 2022, em um Núcleo de Educação Infantil do município de Florianópolis com crianças de 4 a 6 anos de idade. Seu objetivo principal consistiu em observar as relações estabelecidas entre as crianças e com as profissionais docentes, a fim de analisar de que modo a branquitude normativa é determinante nas/das relações étnico-raciais neste contexto. As ferramentas metodológicas adotadas foram: caderno de campo, registros fotográficos e filmicos. Visando um processo participativo, as crianças puderam escolher seus nomes fictícios durante os momentos de interação ao longo da pesquisa. Para a organização dos dados gerados e emersão das categorias de análises, buscamos respaldo na Técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (1977).

Dos dados reunidos na observação participante emergiram duas categorias: i) *Branquitude nas relações entre as crianças e com as profissionais docentes* e ii) *Relações sociais: entrelaçamento afetivos, étnico-raciais e de gênero*. Sendo que, cada categoria apresentou desdobramentos como categorias específicas. Na primeira, as categorias específicas apresentadas foram: “*Ser branco é mais legal*”: o anseio pela brancura em manifestações das crianças; “*Tu não acha esse feio?*”: significações sociais construídas sobre o cabelo; *Das materialidades: um olhar sobre as vantagens simbólicas das crianças*

brancas e “Ela é uma querida, faz tudo que a gente pede!”: branquitude nas relações educativo-pedagógicas. Na segunda categorias, os desdobramentos apresentados, foram: “*Oi meu amigo, dá aqui um abraço*”: *dos afetos construídos e partilhados* e “*Estamos brincando de sala de controle e é coisa de menino*”: *tramas relacionais de gênero e étnico-raciais permeadas pelos afetos.*

Na primeira categoria, *Branquitude nas relações entre as crianças e com as profissionais docentes*, em que foram problematizados os privilégios da branquitude no contexto educativo, observamos que algumas crianças negras apresentaram em suas relações, um ideal de branqueamento, como negação de seu pertencimento étnico-racial, mediante a cor de pele. Manifestações estas, fruto da supervalorização do fenótipo branco atribuído socialmente como padrão de beleza. Deste modo, em virtude de tal hierarquização social a “[...] criança experimenta o desejo, impossível, de tornar-se branca e eliminar, assim, a cor indesejável, característica mais perceptível que a liga a seu grupo de pertencimento, o negro” (Cavalleiro, 2000, p. 200).

Na categoria específica acerca dos significados sociais sobre o cabelo, algumas crianças negras manifestaram compreender seus cabelos como marcadores de uma identidade negativa. Sendo assim, as tramas relacionais que influenciam a construção da identidade das crianças no contexto da educação infantil perpassavam as dimensões do corpo (cor de pele), sobretudo o cabelo. Deste modo, constatamos que “[...] o cabelo é um dos elementos mais visíveis e destacados do corpo”. Visto que, em “todo e qualquer grupo étnico ele é tratado e manipulado, todavia sua simbologia difere de cultura para cultura. Esse caráter universal e particular do cabelo atesta a sua importância como símbolo identitário” (Gomes, 2003, p. 174).

Embora a instituição educativa disponha de materialidades voltadas para a temática da cultura africana e afro-brasileira, ainda observamos um predomínio de materialidades que anunciam a branquitude como norma, seja nos jogos, brinquedos, livros ou na quantidade de bonecas negras e brancas. Sendo estas em sua maioria, também favoritas na escolha das crianças, em suas brincadeiras. Tais materialidades revelaram as vantagens simbólicas e materiais proporcionadas às crianças brancas em detrimento da pouca representação social das crianças negras. Uma vez que “[...] as interações entre as crianças pequenas e o outro, seja este objetos artefatos culturais ou adultos, vão ao longo do tempo contribuindo para suas (re)significações” (Santos, 2020, p. 125). Em contato como o Projeto Político Pedagógico da instituição pesquisada, observamos que, apesar de desatualizado e que, segundo a diretora, seus princípios foram parcialmente colocados em prática, a lei 10.639/03 estava contemplada e havia um Plano de Ação voltado para as relações étnico-raciais. Acreditamos ser também um diferencial significativo no combate ao racismo na unidade educativa.

No desdobramento voltado para as relações educativo-pedagógicas observamos certo destaque e prestígio designados, por determinadas professoras, a algumas crianças brancas do grupo. A estas eram atribuídos elogios, enaltecimentos e expressões positivas, sendo também,

na maioria das vezes, as mais requisitadas para realizarem os diversos favores às professoras, situações que as colocavam em evidência no grupo. O que desfavorecia as crianças negras. Essas situações eram, por vezes, reproduzidas pelas crianças, influenciando em suas relações de forma hierárquica, de modo que, tais ações proporcionavam às crianças brancas a irreal compreensão de sua superioridade racial, de que seus desejos eram mais importantes e deveriam sobrepor às vontades das crianças negras. E a estas, reverberava um entendimento também irreal de inferioridade (Cavalleiro, 2000). Portanto, tal constatação desvelou que a branquitude, no contexto educativo, era uma prática de poder que alimentava as crianças brancas (Cardoso, 2018).

Na segunda categoria intitulada *Relações sociais: entrelaçamento afetivos, étnico-raciais e de gênero*, no primeiro desdobramento, voltado para os afetos construídos e partilhados entre as crianças, os dados revelaram que as relações estabelecidas entre elas, nos diversos momentos de interação entre pares, apresentaram o afeto como possibilidade de acolhimento da diferença racial. Deste modo, constatamos que elas constroem suas identidades sociais, “[...] cultivando e mantendo amizades revelando o quanto elas expressam a preocupação em ser e ter amigos evidenciando o reconhecimento social das crianças em seus contextos de vida” (Campos; Ramos, 2002, p. 236).

No que tange às relações étnico-raciais, estabelecidas entre as crianças, elas demonstram reconhecer e respeitar as diferenças raciais na interação e verbalização acerca das categorias raciais. Pois, segundo Cristina Trinidad (2011), por volta dos três ou quatro anos de idade as elas já observam e fazem o reconhecimento das diferenças raciais. De modo geral, as crianças (brancas e negras) nos ensinaram diversas maneiras de se relacionarem com seus pares, por meio dos afetos, ultrapassando as barreiras do preconceito na valorização da diferença étnico-racial, “[...] provocando fissuras nesta estrutura que tentam aprisioná-las na homogeneização macro da branquitude apresentando novas maneiras de se relacionar com as diferenças” (Cardoso, 2018).

Nas relações de gênero, foi possível observar, tanto nas relações *intergêneros* como nas *intragêneros* (Ferreira, 2002) que alguns momentos, as crianças classificavam e hierarquizavam suas relações, elaborando regras em brincadeiras compreendidas de meninas e de meninos. Em outras situações, apresentaram resistências à naturalização do binômio feminino e masculino, rompendo com *as fronteiras de gênero*, nos ensinando que não existe apenas um único modo de ser menina ou menino.

Observou-se, portanto, a manutenção dos privilégios simbólicos da branquitude normativa nas relações adulto-criança e nas relações entre pares, reverberando no privilégio de crianças brancas, na predileção por materialidades pertencentes à cultura eurocêntrica, no desejo pela brancura expresso por algumas crianças negras, revelando o modo como a branquitude incide em suas constituições identitárias. Foi possível concluir que as crianças, compreendidas como atores sociais, ao estabelecerem suas relações entre pares, com os adultos, com a cultura e com os conhecimentos produzidos, carregam as marcas da estrutura

social do mundo adulto. Deste modo, por vezes, elas reproduzem e legitimam os preconceitos apreendidos socialmente, outras vezes, são inventivas e criativas, resistindo e superando a produção de estereótipos e dos preconceitos étnico-raciais, de gênero, dentro outros, alterando as estruturas sociais no que tange ao racismo e às desigualdades de gênero, inclusive, legitimando e/ou refutando a manutenção dos privilégios da branquitude normativa nas relações que estabelecem.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**, Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Resolução n. 5, de 17/12/2009, Brasília: MEC, 2009.

CAMPO, Rafaely Karolynne do Nascimento; RAMOS, Tacyana Karla Gomes. Crianças bem pequenas e relações de amizade em situações de brincadeiras na educação infantil. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, 2021, v. 8, n. 68, p. 224-238.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000.

CARDOSO, Cintia. **Branquitude na Educação Infantil: Um Estudo sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais em uma Unidade Educativa do Município de Florianópolis**. 2018. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

FERREIRA, Maria Manuela Martinho. “- **A gente aqui o que gosta mais é de brincar com os outros meninos!**” – as crianças como atores sociais e a (re) organização social do grupo de pares no cotidiano de um Jardim de Infância. Dissertação de doutoramento em Ciências da Educação, Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. 2002.

GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 75-84, maio/ago., 2003.

SANTOS, Elandia dos. **Corpo e Cabelo Negro: (re) Significações e Interações com e de Crianças em uma Escola de Educação Infantil de BH**. 2020. Dissertação. (Mestrado em Educação) –Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

TRINIDAD, Cristina Teodoro. **Identificação étnico-racial na voz de crianças em espaços de educação infantil**. 2011. 221 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.